



Município do Sabugal
CÂMARA MUNICIPAL
NIPC: 506 811 662

Ata da Comissão Municipal de Defesa da Floresta do Concelho do Sabugal realizada a 27 de janeiro de 2021

Ao vigésimo sétimo dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, pelas dez horas e dez minutos, reuniu a Comissão Municipal de Defesa da Floresta do Concelho do Sabugal (adiante designada por CMDF), no Salão Nobre da Câmara Municipal de Sabugal, em sessão ordinária e em videoconferência através da aplicação TEAMS, convocada pelo Sr. Vice-Presidente Vítor Proença, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de trabalhos:

1. Análise/Discussão e Aprovação dos Cadernos I, Caderno II e Caderno III do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Sabugal (2021-2030).

2. Outros assuntos

Não estiveram presentes na reunião da CMDF as seguintes entidades: Representante da JF de Quadrazais, Silvina Silva e o representante dos baldios, Jacques Henriques. Há várias entidades que se encontram a participar na reunião por videoconferência, sendo a JF Malcata, a JF de Aldeia Velha, a GNR, as Infraestruturas de Portugal com 2 representantes, o da ferrovia o Eng.º António José Borges de Vasconcelos e o Eng. Manuel Tavares e a EDP. Os restantes elementos, presencialmente.

O Sr. Vice-Presidente Vítor Proença deu início à reunião cumprimentado todos os presentes. Refere que está em análise a aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho do Sabugal. Trata-se de um documento complexo que envolve diversas entidades, com ações estratégicas para os próximos 10 anos. A técnica do GTF refere que todas as entidades tiveram atempadamente acesso ao documento em análise, o plano tem um período de vigência de 10 anos (2021 a 2030) e é composto pelo caderno I (Diagnóstico), caderno II (Plano de Ação) e o caderno III (POM). O plano de ação (Caderno II) foi estruturado de acordo com informação relevante que afirma o caderno I. O plano de defesa da floresta contra incêndios, estabelece uma estratégia municipal para o concelho do Sabugal e define medidas necessárias para um planeamento integrado das entidades, com responsabilidades na matéria, de acordo com o PNDFCI, o PROF, o PDDFCI e no âmbito das atribuições da CMDF. A estrutura e os conteúdos do documento acompanham o regulamento dos PMDFCI homologado pelo Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural em

2018, bem como as diretivas e normas do guia metodológico do ICNF. Fez-se de seguida a análise dos elementos fundamentais do caderno I, como os declives, a rede hidrográfica, a carta de ocupação de solo (COS2018), a carta dos povoamentos florestais, onde se verifica que, comparativamente à COS2010, as áreas florestais aumentaram no concelho do Sabugal nos últimos 8 anos, com um acréscimo de 8.297,8ha. Em relação ao histórico de incêndios, referiu que os anos com maior área ardida para o período de 2008 a 2017, foi em 2009, 2015 e 2017 e o n.º de ocorrências foi em 2012, não se estabelecendo uma relação direta entre estes dois fenómenos. Nos últimos anos, as freguesias mais fustigadas pelos incêndios rurais para o período de 2008 a 2017 são Casteleiro, Sortelha e a UF de Pousafoles do Bispo, Penalobo e Lomba. O mês de agosto e outubro são os que apresentam maior área ardida, e em termos de ocorrências florestais a salientar o mês de março. É durante o fim-de-semana que se verifica os valores mais elevados de área ardida e a segunda-feira com maior número de ocorrências. Em termos diários, o dia 30 de agosto e 22 de agosto com maior área ardida e os dias 15 e 30 março com maior número de ocorrências. Em termos horários, o período entre as 23horas e as 3h00 é o que apresenta maior área ardida e o número de ocorrências acontece a partir das 13horas. Em relação à análise aos espaços florestais verificou-se que a área ardida de matos é muito superior à de povoamentos florestais. De seguida, fez-se a apresentação das causas prováveis da ocorrência de incêndios rurais para o período de 2012 a 2017 e verifica-se que 81% está relacionada com o uso do fogo, através da realização de queimas e queimadas extensivas. Foi ainda apresentado o mapa das áreas ardidas de 2009 a 2019 com os grandes incêndios que ocorreram no concelho. De seguida, efetuou-se a apresentação do Caderno II – Plano de Ação, com base na informação obtida pelas variáveis do caderno I. A técnica do GTF, refere que a cartografia de risco é formada pela carta de perigosidade e pela carta de risco de incêndio florestal. A carta de perigosidade recorre a variáveis que explicam de forma mais relevante a variabilidade espacial do risco de incêndio florestal para o concelho do sabugal, tendo como variáveis a Carta de Ocupação do Solo (Cos2018), os declives e o somatório dos incêndios rurais dos últimos 20 anos (2000 a 2019), através do cálculo da probabilidade e da suscetibilidade. A carta de risco de incêndio florestal resulta da análise da perigosidade associada com a vulnerabilidade e o valor económico. Assim sendo e analisando a cartografia, verifica-se uma mancha contínua na zona Oeste do concelho em perigosidade “muito alta” na zona da Cerdeira e pontualmente em áreas a Norte de Vila Boa e a Norte da Nave. Pela análise da carta de perigosidade, o planeamento de medidas de prevenção estrutural, a otimização dos recursos e as infraestruturas disponíveis para defesa e combate das áreas, devem ser estruturantes. Pela análise da carta de risco de incêndio florestal, verifica-se o potencial de perda de um determinado espaço, face a um incêndio rural, onde o valor económico tem valor relevante. Nas ações de planeamento e supressão de um incêndio rural, este mapa permite colocar os meios de combate tendo em atenção o valor económico-social dos bens a defender. No mapa das prioridades de defesa foram identificados os seguintes elementos do ponto de vista social, cultura, ecológico e ambiental: aglomerados urbanos, capelas, ermidas, castelo medieval de vila do touro, ponte de sequeiros, termas do cró e o perímetro florestal do alto

Côa. De seguida efetuou-se a apresentação do mapa do levantamento das faixas de gestão de combustível e dos mosaicos de parcelas de gestão de combustível, onde se encontram representadas as faixas de acordo com o estabelecido pelo artigo 15.º do DL 124/2006 de 28 de junho, na sua última redação e as entidades responsáveis. No levantamento da rede viária florestal que constitui um dos elementos básicos da estratégia de DFCL, esta rede comporta um conjunto de infraestruturas de razoável qualidade e tem particular relevância na implementação da rede 1.ª e rede 2.ª, num total de 437km. No que diz respeito aos pontos de água, fez-se o levantamento de 39 pontos estratégicos, numa classificação de aéreos, mistos e terrestres, sendo estruturas em condições operacionais de poder garantir o reabastecimento dos equipamentos de combate às chamas. Na representação do mapa de silvicultura preventiva encontra-se definido os trabalhos preventivos executados pelas equipas de sapadores florestais e ainda das faixas de interrupção de combustíveis (FIC's prioritárias e não prioritárias) com a gestão de combustíveis de 10m para cada um dos lados que se encontram associadas às faixas da rede primária e com regularização da plataforma.

No planeamento da rede de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível, o objetivo é a construção de um território menos vulnerável e com maior capacidade de regeneração face aos incêndios rurais, com intervenções estratégicas. Deverão ser executadas técnicas silvícolas que aumentem a resistência dos povoamentos, cumprindo a obrigatoriedade definida no n.º 15 do DL 124/2006 de 28 de junho, na sua última redação. Cabe a cada entidade responsável pela execução da FGC, avaliar as necessidades em concreto e no terreno. Foi ainda mencionado que, de acordo com a circular do ICNF as Infraestruturas de Portugal e a EDP executam de 3 em 3 anos, iniciando em 2021 repetindo em 2024, 2027 e 2030. Foram apresentados os mapas de execução até 2030 com representação das respetivas entidades. O 3.º eixo estratégico do plano de ação, contribui para melhorar a eficácia do ataque e da gestão dos incêndios, através da disponibilidade dos recursos, articulando os sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção, adequar a 1.ª intervenção e melhorar a eficácia do rescaldo e vigilância pós-incêndio. Através da representação do mapa das intervisibilidades, observa-se zonas do concelho que não são visíveis pelos postos de vigia e pelos LEE. A rede de vigilância móvel é um complemento da rede vigilância fixa, sendo apoiada pelas equipas de sapadores florestais durante o período crítico, garantindo o eficaz patrulhamento. Fez-se de seguida a apresentação do 4.º eixo estratégico cujo objetivo é recuperar e reabilitar os ecossistemas florestais, implementando estratégias de reabilitação a curto e médio prazo. A recuperação de áreas ardidas é o 1.º passo para tornar os ecossistemas mais resilientes aos incêndios rurais e para isso, serviu de base a informação relativa aos incêndios de 2017, 2018 e 2019. Assim, pretende-se recuperar dentro das áreas ardidas as infraestruturas danificadas pelos incêndios, a recuperação dos recursos água e solo, a rede viária florestal, passagens hidráulicas, etc. Neste âmbito, o Município de Sabugal executou uma candidatura na ribeira do freixial (Lameiras) com a reabilitação e requalificação dos ecossistemas ribeirinhos, através do corte e remoção de material vegetal arbóreo e arbustivo ardido, a remoção e reutilização do material em obra aplicando as técnicas

ambientais de sustentabilidade. O 5º e último eixo define uma estrutura orgânica funcional e eficaz, onde se encontra representado informação sobre, as necessidades de formação dos agentes locais do SDFCI, as competências das entidades intervenientes, programas de formação e atividades da CMDF. Por fim, foi mencionado o orçamento total para o período de vigência do PMDFCI. Feita a apresentação do documento, foi posto à disposição das entidades as considerações/ajustes que acharem pertinentes. Intervém o ICNF, na qualidade do Eng. Paulo Albino que felicita a equipa de trabalho pela elaboração do documento, tendo sido executado pelas técnicas do Município. Enaltece a colaboração estabelecida entre as entidades para o desenvolvimento dos critérios estabelecidos e reforça as colaborações efetuadas pelo Eng. Pedro Venâncio na carta de perigosidade e de risco de incêndio florestal e pelo Eng. Rui Lopes do ICNF, na estrutura do documento final. O plano municipal segue a disposição do guia de elaboração dos PMDFCI e ressalva que relativamente à análise do caderno I, é pertinente o aumento da área florestal do concelho, comparando as áreas da COS2010 com a COS2018. Refere ainda que os resultados apresentados, estão de acordo com os objetivos definidos pelo PROF com o aumento das folhosas e das quercíneas. Relativamente ao caderno II no âmbito do planeamento das faixas de gestão de combustível, foram ouvidas as entidades que deram os respetivos contributos, acrescentado que é dos itens mais relevantes nos objetivos definidos pelo PMDFCI para os próximos 10 anos. O PMDFCI elucida que cabe a cada entidade avaliar a necessidade em concreto e no terreno, de execução das faixas. Não obsta, que num determinado espaço florestal se possa verificar uma situação de facto, que justifique, devido à inexistência de carga de combustível, a inutilidade da realização da operação. Outra questão a considerar é que no PMDFCI estão elencadas as medidas de DFCI no que diz respeito às edificações situadas em espaço rural, estando determinado as distâncias definidas pela legislação em vigor. Por outro lado, o PMDFCI do sabugal estabelece ainda a hierarquização de execução das FGC. Refere ainda que, é importante que no início do ano, se efetue a monitorização das atividades desenvolvidas pelo PMDFCI para se ter conhecimento das áreas e ações intervencionadas. Para além do trabalho desenvolvido pelas equipas de sapadores florestais é fundamental ter conhecimento de outras intervenções a serem realizadas no concelho, que advém da execução de projetos florestais, associações, etc. Foi ainda anunciado, que o ICNF tem aprovado um projeto em infraestruturas da rede primária com um investimento avultado, pelo que solicita o apoio do Município envolvendo as juntas de freguesia, de forma a que exista uma declaração de autorização por parte dos proprietários, para a execução em terrenos privados. De seguida intervém o Eng. Manuel Tavares das Infraestruturas de Portugal e refere que foi remetido no dia anterior à realização da reunião da CMDF, um conjunto de sugestões sendo pertinente abordar o assunto. No que diz respeito à rede rodoviária, as IP não se opõem à execução das faixas de gestão de combustível de 3 em 3 anos, apesar de haver municípios onde o plano já se encontra aprovado, que está agendado de 2 em 2 anos. Salvaguardando ainda, como já foi mencionado que a periodicidade pode ser ajustada, se assim se justificar. Referiu ainda que como não tem acesso ao programa de visualização das Shapes, mais concretamente os colegas da área do ambiente estão com

dificuldade em perceber qual o ano de intervenção e quais as estradas. Ficou estabelecido que o GTF irá remeter as Shapes da rede rodoviária só com os troços da responsabilidade das IP para que sejam analisadas. Solicitou ainda que no âmbito das exceções que foram aprovadas na última reunião da CMDF do Sabugal, saber quais os locais contemplados para que se perceba se coincide com os troços da rede viária. Foi esclarecido pela técnica que, irá ser criada uma Shape sobre essas áreas e a posterior remetesse às entidades. Em relação ao caderno III solicita que seja acrescentado o oficial de ligação das IP que foi remetido no email. No que diz respeito à rede ferroviária, o Eng. António Borges Vasconcelos, solicita esclarecimentos sobre a definição de espaços florestais, em virtude de no plano estar contemplado uma faixa contínua até ao limite do concelho, pelo que vários tipos de uso do solo estão contemplados. A técnica do Município esclarece que efetivamente foi um erro no corte automático feito pelo QGIS através da COS2018, pelo que irá proceder às correções da Shape, aplicando apenas nos espaços florestais e sem estar contemplado o tecido urbano contínuo. Em relação ao mapa 8H de planeamento das FGC para a rede ferroviária para o ano 2028 verifica-se que há um erro no ano de execução da rede ferroviária, mas analisando o quadro da página seguinte, essa limpeza está prevista para 2027. A técnica refere que o mapa vai ser retificado. Após as retificações sugeridas, as IP estão de acordo com o estabelecido pelo PMDFCI do Sabugal de 2021 a 2030. Por fim, intervém a Eng. Fátima Santos da EDP Distribuição, agradecendo a disponibilidade das técnicas na elaboração de alguns ajustes no planeamento das FGC. A informação anteriormente remetida já estava desatualizada tendo sido necessário fazer uma revisão profunda da shapefile, pelo que agradece a colaboração. O Sr. Vice-Presidente submete o plano a votação. O parecer da CMDF do Sabugal, é **favorável por unanimidade**, com as alterações/ajustes a efetuar e transcritos na ata. Não havendo mais assuntos a tratar foi declarado pelo Sr. Vice-Presidente, às 11.40 horas que se encontrava encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos os participantes, da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada por todos os presentes e subscrita por mim Carla Filipa Pereira, Eng.ª Florestal.